



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS DE CAMPINA GRANDE**

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**VANDECLEIDE PINTO VILAR**

**A EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA COM BASE EM INDICADORES: uma análise  
nas cidades paraibanas de Serra Branca e Taperoá.**

**CAMPINA GRANDE  
2021**

VANDECLEIDE PINTO VILAR

**A EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA COM BASE EM INDICADORES: uma análise nas cidades paraibanas de Serra Branca e Taperoá.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade EAD, pela Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

**Área de Concentração:** Gestão Pública

**Orientadora:** Profa. Esp. Paoline Levy Pereira Almeida

**CAMPINA GRANDE  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V697e Vilar, Vandecleide Pinto.  
A evolução socioeconômica com base em indicadores [manuscrito] : uma análise nas cidades paraibanas de Serra Branca e Taperoá / Vandecleide Pinto Vilar. - 2021.  
40 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Profa. Esp. Paoline Levy P. Almeida, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."

1. Gestão Pública. 2. Indicadores Socioeconômicos. 3. Políticas Públicas. I. Título

21. ed. CDD 351

VANDECLEIDE PINTO VILAR

**A EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA COM BASE EM INDICADORES: Uma análise nas cidades paraibanas de Serra Branca e Taperoá.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade EAD, pela Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

**Área de atuação:** Gestão Pública

Aprovada em: 25/03/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. Esp. Paoline Levy Pereira Almeida (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Suelany Freire do Monte Santos  
ADMINISTRADORA  
CRA-PB 1-2940

---

Profa. Dra. Suelany Freire do Monte Santos  
Administradora



Julio Cesar Justino  
ADMINISTRADOR  
CRA-PB 2-5253

---

Prof. Esp. Júlio Cesar Justino de Assis  
Administrador

## RESUMO

Voltados para uma administração pública gerencial, agentes políticos e administradores comumente buscam realizar uma espécie de avaliação diagnóstica para compreender os problemas públicos da sociedade, para que assim possam planejar e executar ações de políticas públicas intervencionistas apropriadas para uma gestão pública efetiva. Diante disso, este artigo teve como objetivo geral descrever a situação dos municípios de Serra Branca e Taperoá, Estado da Paraíba, por meio de alguns indicadores sociais e econômicos, disponibilizado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013. Metodologicamente, essa pesquisa se caracterizou como quali-quantitativa de natureza aplicada, descritiva e bibliográfica. Quanto ao método foi adotado o método indutivo. Concluiu-se que as políticas públicas implantadas nos municípios estão cumprindo seu papel de forma parcial e que é necessário um maior investimento na região para estimular a geração de renda da população. Um estudo mais apurado dos indicadores, com um maior número de variáveis, e com uma investigação mais específica sobre as políticas públicas implantadas na região, é imperativo, pois acarretará em uma conclusão mais completa e específica.

**Palavras-chave:** Gestão Pública. Indicadores Socioeconômicos. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

Aimed at a managerial public administration, political agents and administrators commonly seek to carry out a kind of diagnostic evaluation to understand the public problems of society, so that they can plan and execute appropriate interventionist public policy actions for effective public management. In view of this, this article had the general objective of describing the situation of the municipalities of Serra Branca and Taperoá, State of Paraíba, through some social and economic indicators, available in the Atlas of Human Development in Brazil in 2013. Methodologically, this research was characterized as quali-quantitative of an applied, descriptive and bibliographic nature. As for the method adopted, the inductive method. It was concluded that the public policies implemented in the municipalities are partially fulfilling their role and that greater investment in the region is necessary to stimulate the population's income generation. A more accurate study of the indicators, with a greater number of variables, and with a more specific investigation on public policies implemented in the region, is imperative, as it will lead to a more complete and specific conclusion.

**Keywords:** Development. Public policies. Socioeconomic indicators.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise de indicadores municipais.....	31
Tabela 2 - Evolução de indicadores municipais.....	32
Tabela 3 - Evolução positiva na área de educação.....	34
Tabela 4 - Índice do desenvolvimento humano local.....	35

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1	Uma breve explanação sobre a Gestão Pública.....	12
2.2	Políticas Públicas.....	16
2.3	Os Indicadores Socioeconômicos.....	19
3	METODOLOGIA .....	22
3.1	Conhecendo o ambiente de estudo.....	23
3.2	O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.....	24
3.3	Os indicadores analisados.....	25
3.3.1	<i>Taxa de Mortalidade Infantil.....</i>	25
3.3.2	<i>Taxas referentes à educação.....</i>	26
3.3.2.1	<i>Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade.....</i>	26
3.3.2.2	<i>Taxa de analfabetismo – 18 anos ou mais.....</i>	26
3.3.2.3	<i>Taxa de frequência bruta ao médio.....</i>	27
3.3.2.4	<i>Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo.....</i>	27
3.3.3	<i>Taxas de desigualdade social e econômica.....</i>	27
3.3.3.1	<i>O Índice de Gini.....</i>	27
3.3.3.2	<i>Proporção de extremamente pobres.....</i>	28
3.3.3.3	<i>Proporção de pobres.....</i>	28
3.3.3.4	<i>Renda per capita média.....</i>	28
3.3.3.5	<i>Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade....</i>	28
3.3.4	<i>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....</i>	28
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	31
4.1	Taxas de desigualdade social e econômica.....	31
4.2	Indicadores relacionados a educação.....	33
4.3	Indicador de Desenvolvimento Humano.....	34
4.4	Políticas Públicas: Teoria X Realidade.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
6	REFERÊNCIAS.....	39

## 1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas do atual século registraram o ressurgimento e a consolidação da importância do campo de conhecimento designado políticas públicas, assim sendo, observa-se um aumento significativo nos debates, nas produções de natureza científica, a partir da constituição de um corpus teórico com características próprias, e um vocabulário que leva a compreensão dos fenômenos voltados para a área de natureza política e administrativa, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, aspectos de elaboração, implementação e de avaliação.

A vulnerabilidade social e a pobreza que marcam a história dos países latino-americanos deixaram uma profunda dívida social a ser enfrentada pelas gerações atuais. No caso brasileiro, tal dívida tem sido combatida, recentemente, por um conjunto de políticas no campo social que buscam promover a inclusão e o acesso a direitos por parte da população que mais vivencia os problemas de ordem social.

O conhecimento produzido pelo campo de estudos de políticas públicas agrega informações consideradas de suma importância, pois são amplamente utilizados por estudiosos da área, agentes políticos e por administradores que buscam realizar uma espécie de avaliação diagnóstica e ter uma compreensão dos problemas públicos, para que possam planejar e executar ações de políticas públicas intervencionistas apropriadas para uma gestão pública efetiva;

Secchi (2010) afirma que da mesma forma que os profissionais da medicina e da engenharia buscam encontrar soluções para os problemas de suas áreas de atuação, desenvolvendo soluções técnicas e exitosas, os agentes políticos devem tomar decisões que possam melhorar as políticas públicas de saúde, educação, segurança, habitação, transporte, saneamento, na gestão pública, assistência, meio ambiente, cultura, entre outras diversas áreas que devem ser avaliadas, e que esses agentes, que foram eleitos pelos cidadãos, tenham consciência da necessidade de criar demandas para elaboração de políticas públicas, através da promoção de ações eficientes e efetivas.

A esse respeito, Faria (2003) afirma que no Brasil, atualmente, existe uma variedade de concepções, teorizações incipientes e vertentes analíticas que buscam apontar definições aos diversos processos de formação e gestão das políticas públicas, pautados nas abordagens e construções científicas de que o mundo está

cada vez mais caracterizado pela interdependência assimétrica, incerteza e complexidade das questões.

A desigualdade social e econômica ainda se faz presente no Brasil, há grandes disparidades socioeconômicas por todo território nacional, onde algumas áreas são mais beneficiadas que outras, seja por políticas públicas mais direcionadas aquela área, poder comercial, ou por ser detentor de recursos naturais.

Essa situação fica mais clara ainda quando se analisa o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios - IDHM dos municípios brasileiros e vê-se a real situação, onde os municípios da região sudeste e sul têm os melhores resultados e são os melhores classificados no ranking de cidades com melhores IDHM do Brasil, com destaque para o estado de São Paulo que conta com 11 cidades entre as 20 melhores neste ranking.

Avaliação de políticas é extremamente importante para uma sociedade democrática, que busca ser mais eficiente em relação ao trabalho que presta para o povo. O instrumento de avaliação de programas e políticas públicas deve ser utilizado para mensurar os resultados da política que foi implantada, se atingiu a meta que foi proposta ainda em seu planejamento, depois dessas avaliações o governo pode tomar decisões mais inteligentes, visto o aprendizado que surgiu a partir dessa ferramenta.

Para o planejamento e para implantação da política ou programa é de suma importância os indicadores socioeconômicos, de educação e de saúde para saber onde alocar corretamente os recursos, e qual estilo de programa adotar e fazer com que ele se instaure de maneira para que seja capaz gerar bons resultados. Logo após esse processo, percebe-se a fundamental importância do instrumento de avaliação, que, por meio dos resultados, pode saber se com base nos dados a política pública funcionou.

Desta forma, aponta-se como problemática norteadora desta pesquisa a seguinte indagação: **os indicadores socioeconômicos dos municípios paraibanos de Serra Branca e Taperoá, apresentam características que indicam situação de evolução ou retrocesso para a vida dos cidadãos?**

Nesse sentido, essa pesquisa apresenta como objetivo geral analisar a situação dos municípios de Serra Branca e Taperoá, Estado da Paraíba, por meio de alguns indicadores sociais e econômicos, disponibilizados pelo Atlas de

Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013<sup>1</sup>, quais sejam: Taxa de Mortalidade Infantil (MORT1); Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade (E\_ANOSESTUDOS); Taxa de analfabetismo – 18 anos ou mais (T\_ANALF18M); Taxa de frequência bruta ao médio (T\_FBMED); Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo (T\_FUND18M); Índice de Gini; Proporção de extremamente pobres (PIND); Proporção de pobres (PMPOB); Renda *per capita* média (RDPC); Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade (T\_DES18M); e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Para tanto, pretende-se: Identificar os indicadores estudados de Serra Branca e Taperoá em relação aos indicadores nacionais; Comparar o IDHM das cidades em estudo com a média nacional; e, por fim, analisar, se as políticas públicas implantadas nos municípios cujos indicadores sociais estão sendo analisados, cumprem com relevância o seu papel.

Trata-se de um tema de grande relevância para o contexto acadêmico, afinal, uma análise de indicadores sociais e econômicos, de dois municípios paraibanos, situados na região do Cariri Paraibano, oportuniza gerar um debate sobre as ações da gestão pública, e se tais ações estão proporcionando uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que residem nesses dois municípios selecionados.

Destaca-se, ainda, que as leituras científicas e acadêmicas que foram buscadas e que debatem sobre a temática abordada demonstram que a literatura que trata sobre a efetividade de políticas públicas é bastante ampla; no entanto, é importante ressaltar, que, àquela específica para a análise de indicadores sociais, principalmente em municípios com pequena população, debatendo ações de ordem pública é escassa, sobretudo, quando se busca indicadores descritivos e avaliativos tratando de instâncias locais.

Metodologicamente, este estudo segue características de natureza bibliográfica, e pode ser classificada como pesquisa descritiva e qualitativa. Como instrumento de coleta de dados, foram pesquisados os indicadores socioeconômicos de dois municípios da região do Cariri Paraibano, a saber: Serra Branca e Taperoá, conforme dados descritos no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

<sup>1</sup> O Atlas está vinculado aos dados fornecidos pelos Censos Demográficos realizados de 10 em 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, o Atlas Brasil utiliza os dados dos últimos Censos: 2010, 2000 e 1991. Sendo assim, o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013 foi o último lançado e por isto é o utilizado nesse estudo. (Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/>).

A título de organizar melhor a exposição dos argumentos que sustentam o referido estudo, encontra-se estruturado da seguinte forma: na introdução, apresentou-se o tema de investigação, expondo, posteriormente a pergunta norteadora, e os objetivos, para os quais foram buscadas respostas. Na parte seguinte está descrita o porquê da relevância da pesquisa proposta, e seguiu-se com a apresentação da metodologia. Na sequência, detém-se em apresentar a fundamentação teórica que serviu como base para as reflexões. Em seguida, foram apontados os resultados que foram coletados no material selecionado. Por fim, tecer-se as considerações finais e as referências utilizadas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

## 2.1. Uma breve explanação sobre a Gestão Pública

Com base na literatura, verificou-se, que a administração pública no Brasil evoluiu por meio de três modelos de gestão: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial, onde estão vinculados a um momento histórico e político específico, e possuem características específicas que os caracterizam.

No que diz respeito ao modelo patrimonialista, Silva (2013) afirma que:

“O Estado era uma entidade que deveria ter suas necessidades satisfeitas por meio do trabalho dos seus governados. Os governantes consideraram o Estado como seu patrimônio, havendo uma total confusão entre o que é público e o que é privado.” (SILVA, 2013).

Para o modelo Burocrático, Osório (2005), discorre que “nas estruturas burocráticas do domínio legal Weberiano, a administração pública passou a ocupar um lugar de destaque, caracterizando-se não apenas pelo apego às formas instrumentais do governo, mas sobretudo pelo ideal de obediência a legalidade.”

Enquanto o modelo gerencial surgiu em decorrência “de problemas não só de crescimento e mudança nas necessidades e exigências da população como também das dúvidas a respeito da legitimidade da burocracia perante as demandas da cidadania”. (SILVA, 2013).

O modelo Gerencial surge com o intuito de acabar com práticas clientelistas e patrimonialistas dos modelos patrimonialista e burocrático, iniciando uma administração pautada nos “princípios da nova gestão pública” (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Brito (2013) afirma que a transição para o modelo gerencial envolveu alguns aspectos, dentre eles: a delimitação mais precisa da área de atuação do Estado; a distinção entre as atividades do núcleo estratégico; a separação entre a formulação de políticas e sua execução; maior autonomia para as atividades executivas exclusivas do Estado que adotarão a forma de “agências executivas”; maior autonomia para os serviços sociais e científicos que o Estado presta; a descentralização dos serviços sociais para estados e municípios etc.

Durante esse processo de evolução, vale destacar a década de 1980, que, segundo Wolter:

Foi marcada por reformas orientadas para a democratização das políticas públicas. Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, inaugurou-

se um ciclo descentralizador. Os recursos antes administrados pela União foram transferidos para os Estados, Distrito Federal e Municípios. Isto proporcionou mais autonomia aos entes governamentais. Paralelamente, a sociedade civil mobilizou-se e passou a envolver-se com as ações do poder público de forma mais ativa, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social. Tal posicionamento levou a criação de novos espaços públicos de interação e negociação. Nesse contexto, novos conceitos de gestão foram difundidos junto à máquina estatal. (WOLTER, 2020, p. x)

Assim, salienta-se que a delimitação da existência de três modelos gerenciais não traduz que na atualidade exista apenas um modelo único de administração em vigência. A nova gestão pública passa pelo surgimento de novas práticas que permite suprir a ineficiência de cada modelo, e agregar suas vantagens.

Na década de 1990, a reforma do Estado ganha destaque no cenário mundial, e, no Brasil, essa modernização da gestão pública teve início em 1995. Constituiu-se como uma proposta pautada no Plano Diretor do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, e que tornou em evidência a administração gerencial, a qual surge da ampla necessidade do Estado em atuar de forma que seja possível tornar mínimos os custos e garantir melhorias na qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos, com o intuito de tornar o Estado mais eficiente.

Para gerenciar melhor, mais próximo dos usuários e com menores custos, é preciso um salto qualitativo, salto que consiste em uma maior descentralização de responsabilidades e maiores poderes na base da administração do que na cúpula; mas essa mudança só pode ocorrer por meio da obrigação muito reforçada de prestar conta dos resultados, a não ser que se lance mão da entropia, ou da explosão, ou da corrupção no serviço público. A obrigação de prestar contas é para o serviço público uma espécie de substituto do mercado. Ela é também o corolário normal de um sistema democrático em que os funcionários devem dar conta de suas ações às autoridades. (TROSA, 2010, p. 265).

Partindo desse viés de discussão, Di Pietro (2008, p. 61), aponta em seus estudos que, “na administração pública o cidadão sempre será beneficiado, para isso deverá de atingir suas metas, em que seus integrantes devem atuar incorporados na legalidade”. Com base nessas concepções defendidas pela autora, observou-se a importância de planejar e criar estratégias para garantir novos rumos e dispositivos de gestão na administração pública, haja vista que tais ações representam a

possibilidade de alcançar novos resultados, para que a sociedade tenha acesso a melhores serviços de âmbito público.

A esse respeito, Marques (2008) aponta como funciona a nova Gestão Pública, quando afirma, que,

A nova Gestão Pública trata de renovar e inovar o funcionamento da administração, incorporando técnicas do setor privado, adaptadas às suas características próprias, assim como desenvolver novas iniciativas para o logro da eficiência econômica e a eficácia social, subjaz nela a filosofia de que a administração pública oferece oportunidades singulares para melhorar as condições econômicas e sociais do povo (MARQUES, 2008, p. 43).~

Ambrozewicz (2015, p. 27) afirma que “a excelência da gestão pública implica a adoção de métodos e instrumentos de gestão adequados, eficazes e eficientes, que favoreçam o alcance de padrões elevados de desempenho e qualidade em cada uma dessas dimensões.”

Diante do exposto, e visando ampliar a presente discussão em torno da temática inerente à gestão pública, têm-se as concepções de Bovero (2002) quando apresenta seu ponto de vista acerca dos princípios envolvendo democracia direta e representativa.

Tanto a democracia direta quanto a democracia representativa são democracias, uma vez que o direito de participação política é igualmente distribuído a todos os membros da coletividade, sem exclusão de nascimento, de gênero, de classe ou de patrimônio. A oposição entre democracia direta e representativa concerne distinta estrutura do processo decisório político. Dito de modo mais simples, democracia direta é aquela na qual os cidadãos votam para determinar eles mesmos o conteúdo das decisões coletivas, como na democracia antiga da ágora; democracia representativa é aquela na qual os cidadãos votam para determinar quem deverá tomar as decisões coletivas, ou seja, para eleger os representantes. O instituto fundamental comum a todos os regimes democráticos contemporâneos é a eleição de representantes por sufrágio universal. (BOVERO, 2002, p. 40).

Refletindo sobre as palavras acima descritas, pode-se compreender que esses dois conceitos de democracia mencionados estão coadunados, o que os difere, é apenas a intenção, ou seja, faz-se democracia direta quando se luta por questões de interesse comum, e a democracia representativa diz respeito à decisão de quem vai representar a população, e, conseqüentemente administrar os recursos públicos.

Considera-se necessário, portanto, debater sobre a fiscalização da aplicação dos recursos públicos levando em consideração os critérios do Controle Social, que envolvem os membros da sociedade no pleno exercício da reflexão e discussão dos objetivos de politização referente às problemáticas que afetam as questões de interesse comum da população.

Nesse sentido, consta no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o controle social pode ser claramente definido e compreendido, como:

Controle exercido pela sociedade brasileira sobre os governantes. A sociedade ou coletividade participa nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos (orçamentos públicos). Trata-se de uma ação conjunta entre Estado e sociedade em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com vistas a aumentar o nível da eficácia e efetividade das políticas e programas públicos. (BRASIL, 2000, ART. 48 DA LRF).

Lima (2007), debate que algumas reformas ocorridas na administração pública, tiveram seu foco predominante na denominada Modernização Administrativa, muito embora esta tenha ocorrido de forma mecanicista, com foco voltado especificamente para as mudanças de ordem estrutural e nos procedimentos administrativos, geralmente criando ou suprimindo cargos, órgãos e procedimentos.

Todavia, o que vale destacar é que um fator que contribuiu para tal modernização administrativa é o controle social exercido pelos cidadãos perante o Estado, por meio da *accountability*.

Para Lamounier *apud* Araújo Neto *et al* (2016), *accountability* diz respeito à sensibilidade das autoridades públicas em relação ao que os cidadãos pensam, à existência de mecanismos institucionais efetivos, que permitam chamá-los à fala, quando não cumprirem suas responsabilidades básicas.

Apesar de anos e anos de controle interno e externo, a responsabilidade dos gestores públicos sempre foi voltada para dentro do Estado, ou seja, a prestação de contas de uma administração deveria contemplar as necessidades, padrões e exigências dos governos de plantão e dos órgãos de controle. O verdadeiro cliente - a sociedade - não era sequer consultado. Em resumo, a administração pública funcionava e, em boa parte, ainda funciona como se prestasse serviço aos seus “padrinhos” e não ao cidadão. (ARAÚJO NETO *et al*, 2016, p. 18)

Paralelamente, Meirelles (2003, p. 78-79) discute em seus apontamentos uma definição acerca do conceito de administração pública, ao afirmar que é “o aparelho de Estado preordenado a realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. Sendo assim, compreende-se, que o Estado deve cumprir efetivamente o dever de prestar assistência aos cidadãos, nas mais diversas áreas, porém, sabe-se que o sistema público brasileiro em determinadas áreas ainda é muito falho ou as pessoas não conseguem ter acesso ao Estado.

A trajetória da gestão pública brasileira é marcada pelas desigualdades sociais e regionais. Para Sen (2000) as pessoas mais desprovidas são vítimas de várias formas de privação de liberdade básica para sobreviver que lhes impede do processo de desenvolvimento, oriunda da insegurança econômica, que pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas.

Galvão (2004) afirma que:

“O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terras e relativa escassez de homens.”  
(GALVÃO, 2004, P. 23)

Nesse diapasão, constata-se que o gerenciamento das ações públicas é uma atividade complexa, principalmente naquelas sociedades em que as pessoas estão enraizadas a depender do Estado. Porém, com planejamento, organização e utilização das ferramentas de controle corretas, é possível exigir dos governantes a necessidade de suprir as lacunas dos serviços públicos prestados no Brasil.

## **2.2. Políticas Públicas**

O conceito de políticas públicas nasce nos Estados Unidos rompendo com a lógica das ciências sociais de análise institucionais acerca do funcionamento do aparelho do Estado. Eram análises explicativas, os estudos e pesquisas dessa área eram voltadas principalmente para a compreensão do funcionamento das instituições estatais, no entanto, não eram oferecidos e tão pouco debatidos os direcionamentos sobre quais as ações que o Estado deveria tomar, no sentido de buscar sanar de forma efetiva os problemas sociais constatados.

Ainda debatendo acerca do surgimento da área de políticas públicas, é preciso considerar a partir dos apontamentos de Souza (2006), que,

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel

do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. (SOUZA, 2006, p. 21-22).

Observa-se que nas duas últimas décadas do atual século ocorreram diversas transformações na administração pública brasileira. Este movimento de reforma se dá por influência de forças externas que sinalizam a necessidade de melhorias e desenvolvimento dos serviços públicos oferecidos.

Nesse sentido, Souza (2006) define políticas públicas como sendo:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

Ao falar em desenvolvimento logo é destacado o papel do Estado, primordial na implementação de políticas que constituam um desenvolvimento real. Como o Estado é ainda o grande fomentador de recursos, torna-se também o maior responsável por conseguir ou não uma melhoria na qualidade de vida da população.

As políticas públicas visam assegurar direitos, corrigir desigualdades e promover o bem comum na sociedade como um todo. Elas são responsabilidade do Estado, que deve desenvolver ações nas diversas áreas de interesse da sociedade, visando o bem-estar da coletividade e o interesse público.

A esse respeito, Secchi (2010) traz apontamentos em seus estudos acerca das dimensões analíticas para uma melhor compreensão de políticas públicas, quando afirma que,

O uso dos conhecimentos produzidos na área de políticas públicas para estudos setoriais, aparentemente distantes uns dos outros, justifica-se pelo compartilhamento transversal de características político-administrativas: a) problemas públicos surgem de forma semelhante; b) o estudo de alternativas de solução para problemas públicos ocorre de forma similar; c) os métodos de tomada de decisão são semelhantes; d) os obstáculos de implementação são essencialmente parecidos; e) a avaliação de impacto das políticas públicas nesses setores também pode ser feita de forma analiticamente parecida. (SECCHI, 2010, p. 14).

Paralelamente, Heidemann (2009) diz que,

A perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover políticas públicas. (HEIDEMAN, 2009, p. 31).

No entanto, vale ressaltar, que a inclusão do problema na agenda de discussão pública, o seu adiamento ou recusa, demonstra o grau de importância política do problema para a sociedade (BENEDITO; MENEZES, 2013). Afinal, como afirma Secchi (2010, p. 05) “Se todas as omissões ou negligências de atores governamentais e não governamentais fossem consideradas políticas públicas, então, tudo seria política pública”.

Em consonância, Frey (2000) considera que o problema se torna prioritário uma vez que,

a) se constitui numa situação de crise – neste caso, o custo de não resolver o problema é maior que o de resolvê-lo; b) mobilizar a ação política – ou seja, é capaz de expressar os interesses de grupos em posições estratégicas ou com grandes recursos de poder; c) abrir uma janela de oportunidade – que significa permitir que algum ator importante obtenha vantagens com a solução do problema. (FREY, 2000, p. 227).

A etapa de formulação da política pública, inclui o problema na agenda pública de debates, assim, o agente político decidirá entre as alternativas possíveis (razoáveis), a fim de solucionar o problema.

Partindo deste pressuposto, Souza (2006) corrobora com este estudo, ao retratar que não existe uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). (SOUZA, 2006, p. 26).

Para melhor compreensão e avaliação da temática das Políticas Públicas, convém uma breve contextualização sobre Governo e Estado; Para Pena (20xx), o Estado seria um conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem os anseios da população que habita o seu território. Já o Governo seria apenas uma das instituições que compõem o Estado, com a função de administrá-lo. Os governos são transitórios e apresentam diferentes formas, que variam de um lugar para outro, enquanto os Estados são permanentes.

Percebe-se, assim, que é de suma importância identificar se as políticas públicas implementadas em determinada região estão cumprindo com seus objetivos. Porém, este não é um processo simples, e conforme afirma Labra (1999), “a análise da

política pública é um campo complexo, dinâmico e mutante, exigindo do estudioso um cabedal de conhecimentos teóricos e de dados empíricos suficientes para que possa entender e explicar o que fazem os governos, como e por que o fazem.”

Nesse sentido, a análise de indicadores socioeconômicos pode ser considerada um instrumento de análise para determinar se as ações do Estado em determinada região estão sendo eficientes e eficazes.

### **2.3. Os Indicadores Socioeconômicos**

O Brasil é um dos países de maior dimensão territorial do mundo, possuindo uma imensa diversidade cultural, social, e econômica entre as suas regiões. Dessa forma, algumas delas são mais privilegiadas nas políticas de investimento do que outras por diversos aspectos, como o contexto histórico, fatores climáticos, políticos, e localização. Fato esse que proporciona grandes desigualdades socioeconômicas no Brasil.

Schлиндwein, Cardoso e Shikida (2014), corroborando com Furtado (1961) e Oliveira (2002), afirmam que desenvolvimento econômico tem conceito diferente de crescimento econômico, onde este tem relação “com o aumento do Produto Interno Bruto, da renda, da produção de bens e serviços, etc”, enquanto aquele “refere-se à melhoria na qualidade de vida, na distribuição da renda, nos indicadores socioeconômicos etc.”

Tais autores ainda afirmam que “o desenvolvimento econômico é visto como um processo e, como tal, não é passível de mensuração. No entanto, os indicadores de desenvolvimento socioeconômico são instrumentos que tentam quantificar tal processo.” (SCHLINDWEIN, CARDOSO E SHIKIDA, p. 6, 2014)

Dessa forma, a análise da evolução dos indicadores socioeconômicos se torna imperiosa, haja vista que proporciona uma avaliação mais fidedigna do crescimento econômico de um país, e aliada conjuntamente às análises e monitoramento das políticas públicas podem servir como base para o governo planejar seus investimentos de forma a beneficiar toda a população brasileira, inclusive àquelas que residem nas áreas menos favorecidas no território nacional.

Jannuzzi (2012) define indicador social como,

Uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social

abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (JANNUZZI, p. 2, 2012)

Varela (2005) analisou os indicadores sociais brasileiros e sua utilização processo de planejamento e orçamento, buscando, também, identificar possibilidades e limitações de integração dessas ferramentas que existe na administração pública brasileira, destacando que,

A necessidade de informação sobre “em que” e “para que” se gastam os recursos públicos é adicionada àquela sobre “o que” o governo adquire, tornando proeminente o processo de mensuração das ações orçamentárias. (VARELA, p. 146, 2005)

Assim, concluíram que para uma melhor operacionalização do planejamento, orçamento e gestão é necessário aprofundar o conhecimento técnico no que diz respeito à utilização de indicadores sociais no processo de formulação e avaliação dos programas de governo.

Matos (2002) *apud* Araújo Neto *et al* (2016) considera que “o estudo do planejamento público federal nas últimas décadas deve ser acompanhado de uma análise do panorama econômico brasileiro por meio de indicadores sócio-econômicos.” Ainda segundo esses autores inicialmente é necessária a apresentação da situação macroeconômica dos principais resultados alcançados pelo país nas últimas décadas, para que depois seja realizado a contextualização de indicadores aos planos de desenvolvimento de cada período.

Nesse contexto, os indicadores escolhidos para análise dos objetivos foram: Taxa de Mortalidade Infantil (MORT1); Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade (E\_ANOSESTUDOS); Taxa de analfabetismo – 18 anos ou mais (T\_ANALF18M); Taxa de frequência bruta ao médio (T\_FBMED); Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo (T\_FUND18M); Índice de Gini; Proporção de extremamente pobres (PIND); Proporção de pobres (PMPOB); Renda *per capita* média (RDPC); Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade (T\_DES18M); e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

### **3. METODOLOGIA**

Conhecer a metodologia científica utilizada em uma pesquisa é essencial para que ela seja aceita no meio científico. Para Gil (2016, p. 26) “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.” Assim, destaca-se como é importante que o pesquisador elabore um trabalho coerente, com métodos de pesquisas definidos e aceitos pelo meio acadêmico.

Rebouças, Marques e Leite (2016), afirmam que,

Uma pesquisa científica depende muito do caminho que se percorre para a sua realização. Pesquisar é construir conhecimento e, para isso, o pesquisador se utiliza tanto de estímulos internos – sua curiosidade, sua inteligência, seu espírito investigador, sua inquietação – quanto de material externo, a realidade social que o rodeia, aquilo que já foi construído e analisado por outros pesquisadores, métodos e técnicas que possibilitam uma investigação organizada, o controle daquilo que é observado, a utilização dos conhecimentos teóricos. (REBOUÇAS; MARQUES; LEITE, p. 3, 2016)

Com relação as abordagens relacionadas a proposta debatida no presente estudo, metodologicamente pode ser classificado como sendo de natureza bibliográfica, quali-quantitativa e descritiva.

Gil (2007), por sua vez, ressalta que os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa tratam das investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem a analisar as diversas posições que abordam um problema.

Paralelamente, Fonseca (2002) aponta os conceitos relacionados a pesquisa bibliográfica, quando afirma que,

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

Segundo os autores Triviños (1995) e Richardson *et al.* (1999), o método quali-quantitativo também se insere no âmbito de um estudo de caso pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações.

A abordagem quantitativa é caracteristicamente dedutiva e tem por objetivo quantificar os dados e é fundamentada em grandes amostras representativas, aplicando uma análise estatística. Já a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do problema (MALHOTRA et al., 2005).

Paralelamente, Gil (2007) debate a respeito das características da pesquisa descritiva, pois, conforme os apontamentos descritos pelo autor, esse tipo de estudo científico exige do investigador uma série de informações sobre o que se busca pesquisar, de forma que essa forma de trabalho expõe os fatos e fenômenos de determinada realidade, bem como descreve, analisa e interpreta os dados coletados sem alterá-los.

Quanto à natureza, a pesquisa pode ser considerada básica ou aplicada. Neste caso, realizar-se-á uma pesquisa aplicada, que, segundo Barros e Lehfeld (2000) tem como motivo a necessidade de produzir conhecimento para uso de seus resultados, com a finalidade de auxiliar para fins objetivos.

Quanto ao método, será utilizado o indutivo. Para Bacon (2002) o método indutivo exalta o conhecimento natural, sensorial. Mas não um conhecimento empírico extremo. Ele propõe a análise racional dos elementos simples da natureza, dos fenômenos naturais para, a partir dele, usando a razão, construir um método que ele entende ser o mais adequado.

Isto posto, este estudo divide-se em duas partes. Na primeira foi feita uma análise da literatura acerca dos estudos sobre de políticas públicas e a importância do uso de indicadores para avaliação das mesmas. Já a segunda parte foi destinada à análise dos indicadores socioeconômicos escolhidos, com a comparação da situação das duas cidades apontadas, objetivando responder aos objetivos traçados.

### **3.1. Conhecendo o ambiente de estudo**

Conforme dados extraídos do IBGE, Serra Branca é um município brasileiro localizado na região do Cariri, Estado da Paraíba. Sua população em 2010 era de 12.973 habitantes, sendo economia baseada na agricultura, comércio e principalmente no funcionalismo público.

Em 2018, o salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.2%. Apresenta 24.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 95.5% de domicílios urbanos em

vias públicas com arborização e 0.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

O município de Taperoá encontra-se no Planalto da Borborema, na parte central do Estado da Paraíba, fazendo parte da Mesorregião da Borborema e da Microrregião do Cariri Ocidental. Ela é uma cidade de pequeno porte, com população de 14.938 habitantes, segundo dados do IBGE (2010). Ainda, de acordo com o IBGE, a economia da cidade gira em torno da agricultura, da pecuária e do comércio. Em 2018, o salário médio mensal era de 1.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.2%. Apresenta 55.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 85.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 1.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

### **3.2. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**

Para a coleta de dados da pesquisa, foi utilizado a plataforma do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, o qual está vinculado aos dados fornecidos pelos Censos Demográficos realizados de 10 em 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, o Atlas Brasil utiliza os dados dos últimos Censos: 2010, 2000 e 1991. Sendo assim, o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013 foi o último lançado e por isto é o utilizado nesse estudo.

Conforme extraído da plataforma [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br), o atlas de desenvolvimento humano no Brasil (2013), foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, sendo uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 21 Regiões Metropolitanas (RM) e 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O objetivo do Atlas Brasil é instrumentalizar a sociedade. A democratização de informações no âmbito municipal e metropolitano contribui para o fortalecimento das

capacidades locais, o aprimoramento da gestão pública e o empoderamento dos cidadãos brasileiros por meio da ampliação do conhecimento sobre a sua realidade. Servindo como ferramenta de auxílio para gestores estaduais e federais, atores municipais, pesquisadores, sociedade civil e setor privado, bem como para os cidadãos em geral.

### **3.3. Os indicadores analisados**

Com o intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa, foram utilizados e analisados os indicadores adiante descritos.

#### **3.3.1. Taxa de Mortalidade Infantil (MORT1)**

Sendo um dos indicadores de saúde, que medem a probabilidade de sobrevivência (esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, até 5 e até 40 anos) e de fecundidade, a taxa de mortalidade infantil, segundo o Datasus, diz respeito ao número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. É calculada pela razão entre o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade, em um determinado ano, e o conjunto de nascidos vivos, relativos ao mesmo ano civil.

Logo,  $MORT1 = (\text{número de óbitos de residentes com menos de um ano de idade} / \text{número total de nascidos vivos de mães residentes}) \times 1.000$

Ela estima o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida, e são geralmente classificadas em *altas* (50 ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida.

Para Araújo Neto *et al* (2016),

A taxa de mortalidade infantil é um indicador importante das condições de vida e de saúde de uma localidade, região, ou país, assim como de desigualdades entre localidades. Pode também contribuir para uma avaliação da disponibilidade e acesso aos serviços e recursos relacionados à saúde, especialmente ao pré-natal e seu acompanhamento. (ARAÚJO NETO *et al*, p.35, 2016)

#### **3.3.2. Taxas referentes à educação**

As análises dos indicadores referentes a educação são relevantes pois o nível de escolaridade da população impacta diretamente em diversos setores e aspectos sociais, como por exemplo a participação consciente no campo da política, a integração à vida laboral e produtiva, com inserção no mercado de trabalho formal, enfim, inclusão ativa em papéis sociais mais complexos na vida econômica, política e cultural da sociedade.

Araújo Neto *et al* (2016), considera que,

A escolaridade da população adulta é um dos indicadores-chave para o tema Educação, em conjunto com os indicadores relativos à alfabetização de adultos, ao analfabetismo funcional e ao acesso da população ao sistema educacional. A inserção em um mercado de trabalho competitivo e exigente de habilidades intelectuais depende de um ensino prolongado e de qualidade. (ARAÚJO NETO *et al*, p.36, 2016)

Nesse sentido os indicadores de educação são:

### **3.3.2.1. Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade (E\_ANOESTUDOS)**

Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.

### **3.3.2.2. Taxa de analfabetismo – 18 anos ou mais (T\_ANALF18M)**

Razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.

### **3.3.2.3. Taxa de frequência bruta ao médio (T\_FBMED)**

Razão entre o número total de pessoas de qualquer idade frequentando o ensino médio regular seriado e a população na faixa etária de 15 a 17 anos multiplicado por 100. As pessoas frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como tendo concluído esse nível de ensino.

**Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo (T\_FUND18M)**

Razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que concluiu o ensino fundamental, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.

### **3.3.3. Taxas de desigualdade social e econômica**

Para que um ator político seja capaz de tomar decisões eficazes para que seja possível aumentar o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma região, diminuindo, assim, suas desigualdades sociais em todo território nacional, é essencial a utilização de informações estatísticas para seja possível identificar os fatores podem interferir naquela determinada conjuntura social.

Por essa razão, a análise dos indicadores socioeconômicos devem servir como base para os tomadores de decisão, pois mostram a evolução daquela realidade e podem subsidiar as atividades de planejamento e formulação de políticas públicas, bem ainda, monitorar os determinantes dos diferentes fenômenos sociais que podem interferir na execução de determinada política.

Um outro fator que implica na importância de indicadores dessa dimensão é a qualidade de vida da população, a qual está diretamente ligada a renda familiar, já que, segundo o IPEA, “em uma economia de mercado, como é o caso da brasileira, existem componentes essenciais para o bem-estar das famílias que dependem de sua capacidade de comprar produtos e serviços, tais como alimentos, vestuário, transporte, lazer etc.”

Para Araújo Neto *et al* (2016) indicador como a renda *per capita* “é essencial para o estudo sobre pobreza, desigualdade e diferenças regionais fornecendo subsídios para políticas de combate a pobreza e geração de renda.” (ARAÚJO NETO *et al*, p.31, 2016)

Os indicadores socioeconômicos analisados nesse artigo foram:

#### **3.3.3.1. O índice de Gini**

O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos têm o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a

renda). Logo, quanto mais próximo de 0 for o índice, melhor a distribuição de renda da localidade.

### **3.3.3.2. Proporção de extremamente pobres (PIND)**

Este indicador mede a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais.

### **3.3.3.3. Proporção de pobres (PMPOB)**

Aqui é mensurado a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010.

### **3.3.3.4. Renda *per capita* média (RDPC)**

O RDPC indica o rendimento médio *per capita* obtido pela população, calculado pela razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

### **3.3.3.5. Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade (T\_DES18M)**

Aqui é medido o percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do Censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à da pesquisa do Atlas 2013.

## **3.3.4. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil “o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.” Dessa forma, o índice de

desenvolvimento humano – IDH é um indicador de desenvolvimento social importante para a compreensão do desenvolvimento humano em três dimensões básicas, renda, educação e saúde, porém, não abrange todos os aspectos de desenvolvimento. Ainda segundo o PNUD, o IDH tem por objetivo “oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.”

Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro adaptaram a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos municípios brasileiros, tendo esse cálculo sido realizado a partir das informações dos 3 últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010.

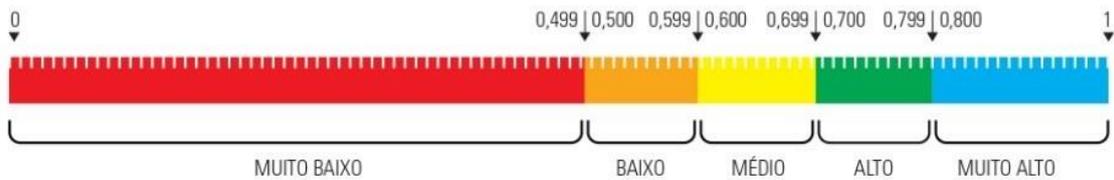
O IDHM possui três subdivisões, sendo elas o IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda. O IDHM longevidade é representado pela expectativa de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que uma pessoa nascida no município viveria a partir do seu nascimento; o IDHM educação é medida pela média geométrica de dois indicadores: a escolaridade da população adulta, medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, cujo peso é 1; e o fluxo escolar da população jovem, que é mensurado pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo, cujo peso é 2; Já o IDHM renda é calculado utilizando por base a renda municipal *per capita*.

A partir da média geométrica desses três subíndices encontra-se o IDHM.

O PNUD Brasil classifica o desenvolvimento humano municipal de acordo com a variação do índice, que vai de 0 a 1, conforme imagem 1.

**Figura 1** - Classificação do desenvolvimento humano municipal

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



FONTE: Atlas Brasil.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados utilizados na pesquisa foram resgatados do Atlas Brasil 2013, conforme exposto na sessão anterior, com foco nos municípios de Serra Branca e Taperoá, Estado da Paraíba, no período de 1991 a 2010, e expostos na tabela 1 e no gráfico 1.

A seguir serão apresentadas as análises dos indicadores selecionados, que a partir de uma investigação comparativa dos mesmos, e a média nacional, percebe-se que genericamente os dois municípios tiveram uma melhora no seu desenvolvimento social e econômico, a exemplo que houve uma redução sob o índice de GINI nas duas cidades, representando uma melhor distribuição de renda da população, sendo inclusive melhor que a média nacional.

**Tabela 1** - Análise de indicadores municipais

INDICADORES/ ANO	SERRA BRANCA/PB			TAPEROÁ/PB			BRASIL		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
MORT1	71,4	44,05	23,8	94,09	49,94	27,6	44,68	30,57	16,70
E_ANOESTUDO	5,82	8,19	9,91	6,19	6,4	8,14	8,16	8,76	9,54
T_ANALF18M	38,02	28,9	21,23	48,73	37,25	30,44	20,88	14,50	10,19
T_FBMED	16,82	44,25	67,74	20,99	28,65	40,58	33,84	66,82	71,32
T_FUND18M	13,82	18,78	34,68	8,74	13,06	27,49	30,09	39,76	54,92
GINI	0,61	0,53	0,48	0,52	0,53	0,48	0,63	0,64	0,60
PIND	53,16	22,99	13,29	60,94	41,82	17,92	18,64	12,48	6,62
PMPOB	75,87	50,91	29,43	84,97	65,36	37,33	38,16	27,90	15,20
RDPC	134,72	225,87	330,05	84,38	139,37	267,88	447,56	592,46	793,87
IDHM	0,346	0,476	0,628	0,285	0,416	0,578	0,493	0,612	0,727
T_DES18M	-	11,58	6,57	-	13,44	8,07	-	13,82	7,29

\*a taxa de desocupação dos maiores de 18 anos (T\_DES18M) em 1991 não havia dados.

FONTE: Elaborado pela autora, com dados extraídos do Atlas Brasil 2013

#### 4.1. Taxas de desigualdade social e econômica

A desigualdade socioeconômica é caracterizada principalmente pela desigual distribuição de renda na sociedade de determinada região, e é influenciada por variados fatores, que podem ser históricos, sociais, e, sobretudo, pela falta de investimento em políticas sociais. Existem diversas formas de se medir a desigualdade social e econômica de uma região, dentre elas a análise de indicadores usados como meio de comparação. A tabela a seguir, mostra a evolução dos indicadores foco deste estudo nos Municípios de Serra Branca-PB e Taperoá-PB, e a nível nacional, e a seguir é feita uma análise descritiva e comparativa entre os mesmos.

**Tabela 2** - Evolução de indicadores municipais

VARIAÇÃO (%) 1991-2010	SERRA BRANCA	TAPEROÁ	BRASIL
GINI	-21,31	-7,69	-4,76
PIND	-75	-70,59	-64,48
PMPOB	-61,21	-56,07	-60,17
MORT1	-66,67	-70,67	-62,62
RDPC	144,99	217,47	77,38
T_DES18M	-43,26	-39,96	-47,25

FONTE: Elaborado pela autora, com dados extraídos do Atlas Brasil 2013

Inicia-se a análise da tabela 2 enfatizando que em ambos os municípios houve uma redução considerável no índice de mortalidade infantil, maior que a média do Brasil representada por uma variação negativa de 62,62% durante os anos de 1991 a 2010. Enquanto essa variação foi de -66,67% para Serra Branca e de -70,67% para Taperoá.

Em relação às taxas de desigualdade social e econômica estudadas neste *paper* verifica-se que ambas as cidades progrediram de forma positiva, já que os índices que medem a pobreza e a pobreza extrema reduziram. Em Serra Branca a PMPOB variou de 75,87 em 1991, para 29,43 em 2010, representando uma redução de 61,21%, enquanto Taperoá variou de 84,97, em 1991, para 37,33, em 2010, reduzindo em 56,07%. A nível nacional o dado de 1991 é de 38,16, reduzindo em 2010 para 15,20, cuja variação é de -60,17%. Dessa forma, percebe-se pela variação que esses municípios acompanharam a média de redução da pobreza brasileira, porém, ao comparar os dados brutos do Brasil com os dados dos respectivos municípios (Tabela 1), percebe-se que a média nacional é melhor, ou seja, a

proporção de pobres nos municípios estudados ainda é muito acima da média nacional.

Maior ainda foi a redução na taxa de extrema pobreza (PIND) nesses municípios, que foi de 75% e 70,59%, respectivamente, enquanto no Brasil essa variação foi menor, sendo de 64,48%. Porém, e da mesma forma que o indicador de pobreza, ao analisar os dados brutos dos municípios e do Brasil, constata-se que o número de pessoas que vivem na extrema pobreza em Serra Branca e Taperoá ainda é elevado, sendo praticamente mais que o dobro da média nacional apesar da alta taxa de redução.

O índice GINI, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, nos revela uma diminuição nessa desigualdade, porém ainda não está próximo do ideal, já que seus valores, em ambas as cidades, durante as duas décadas permaneceram elevados, ficando patamar de 0,48 em 2010. Ressalta-se que o ideal seria se aproximar ainda mais do zero. Já no Brasil esse índice maior do que em Serra Branca e Taperoá, alcançando a taxa de 0,60 em 2010, com uma baixa variação nas duas décadas estudadas, - 4,76%.

Para a renda per capita média (RDPC), nota-se que a porcentagem variou positivamente nas duas cidades, sendo de 144,99% para Serra Branca, e 217,47% para Taperoá. Entretanto, apesar da variação percentual RDPC indicar que Taperoá cresceu mais que Serra Branca, quando analisa-se os dados brutos constata-se que a população de Serra Branca possui uma renda *per capita* maior que Taperoá, onde em 2010 era de R\$ 330,05 para a primeira, e de R\$ 267,88 para a segunda. Ademais, ambos os municípios ficaram muito acima da média nacional. Entretanto, a análise mais detalhada fica prejudicada, tendo em vista da dimensão territorial do Brasil e as suas enormes discrepâncias sociais.

A taxa referente à desocupação dos maiores de 18 anos nos mostra um decréscimo nos números de desempregados nesses municípios nas décadas analisadas, sendo essa redução de 43,26% para Serra Branca, e 39,96% para Taperoá, o que significa uma possível melhora na economia dessas cidades, aquecendo o seu mercado, ficando um pouco abaixo da média brasileira.

#### **4.2. Indicadores relacionados a educação**

Conforme descrição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

Dessa forma, esses indicadores contribuem para uma análise mais robusta sobre o desenvolvimento social e econômico das regiões estudadas, já que o nível de alfabetização influencia diretamente na renda da população.

Um dado que mostra uma melhora no desenvolvimento nesses municípios diz respeito a evolução positiva na área de educação, demonstrado na tabela 3.

**Tabela 3 - Evolução positiva na área de educação**

<b>VARIAÇÃO (%) 1991-2010</b>	<b>SERRA BRANCA</b>	<b>TAPEROÁ</b>	<b>BRASIL</b>
E_ANOESTUDO	70,27	31,5	16,91
T_ANALF18M	-44,16	-37,53	-51,20
T_FBMED	302,73	93,33	110,76
T_FUND18M	150,94	214,53	82,52

FONTE: Elaborado pela autora, com dados extraídos do Atlas Brasil 2013

Percebe-se que houve um aumento considerável no índice que indica a expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade, principalmente na cidade de Serra Branca, com aumento de 70,27%, onde nos anos 1991 tinha-se uma taxa de 5,82, e em 2010 passou para 9,91. Um outro que índice que revela essa evolução é a redução na taxa de analfabetismo da população de 18 ou mais de idade, onde é possível ver baixa de 44,16% em Serra Branca, e de 37,53% em Taperoá. Da mesma forma que houve um aumento na taxa referente à frequência bruta de alunos no ensino médio regular, que teve um aumento de 302,73% em Serra Branca e de 93,33% em Taperoá. Bem ainda, uma evolução positiva na variação percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo, a qual variou 150,94% para Serra Branca, e 214,53% para Taperoá. Tais indicadores, em ambos os municípios, estão, em regra, acima dos valores a nível Brasil, o que pode ter influenciado na melhoria da

renda da população no período estudado, conforme já verificado no indicado da renda per capita média (RDPC).

### 4.3. Indicador de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos quesitos de educação, saúde e renda. Apesar de não conseguir demonstrar fidedignamente a realidade socioeconômica de uma região, sua análise ajuda a orientar o gestor público na elaboração de políticas públicas, ao demonstrar possíveis deficiências nas áreas abrangentes.

Ao tratar dos dados indicados na tabela 4, relacionados ao índice que remete ao desenvolvimento humano local, verifica-se que os municípios estudados melhoraram o seu IDHM.

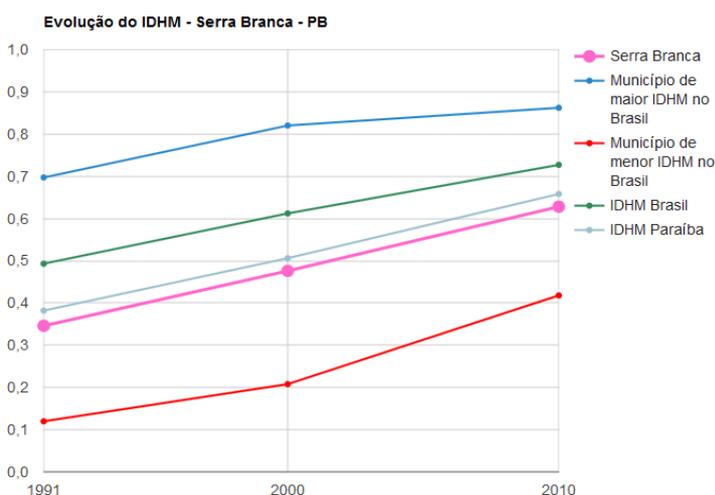
**Tabela 4** - Índice do desenvolvimento humano local

VARIAÇÃO (%) 1991-2010	SERRA BRANCA	TAPEROÁ	BRASIL
IDHM	81,5	102,81	47,56

FONTE: Elaborado pela autora com dados extraídos do Atlas Brasil 2013

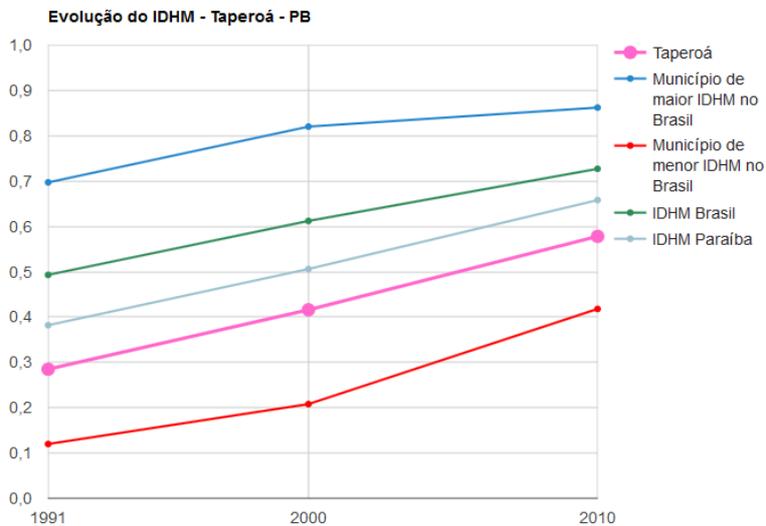
É possível observar uma evolução significativa para ambos os municípios, sendo de 81,50% para Serra Branca e 102,81% para Taperoá. No ano de 2010, o índice de Serra Branca chegou a 0,628, ou seja, essa cidade era considerada com um desenvolvimento humano médio. Já Taperoá, apesar de apresentar uma variação maior, chegou ao índice de 0,578 no mesmo ano, logo era de baixo desenvolvimento humano. Outrossim, o Brasil contava com um alto índice de desenvolvimento humano, dispondo de um IDHM de 0,727 em 2010.

**Figura 2** – Evolução do IDHM de Serra Branca



Fonte: Plataforma virtual do Atlas Brasil

**Figura 3 – Evolução do IDMH de Taperoá**



Fonte: Plataforma virtual do Atlas Brasil

Observando as imagens 2 e 3 percebe-se que o IDHM de Serra Branca e Taperoá, durante o período de 1991-2010 encontram-se um pouco abaixo dos índices referentes ao Brasil e ao Estado da Paraíba, porém, com uma considerável diferença tanto para o município de maior IDHM do Brasil, que é São Caetano do Sul (0,862 I), quanto para o de menor IDHM que é Melgaço (0,418). Conforme dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Serra Branca ocupa a 3519ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, enquanto Taperoá ocupa a 4670ª posição.

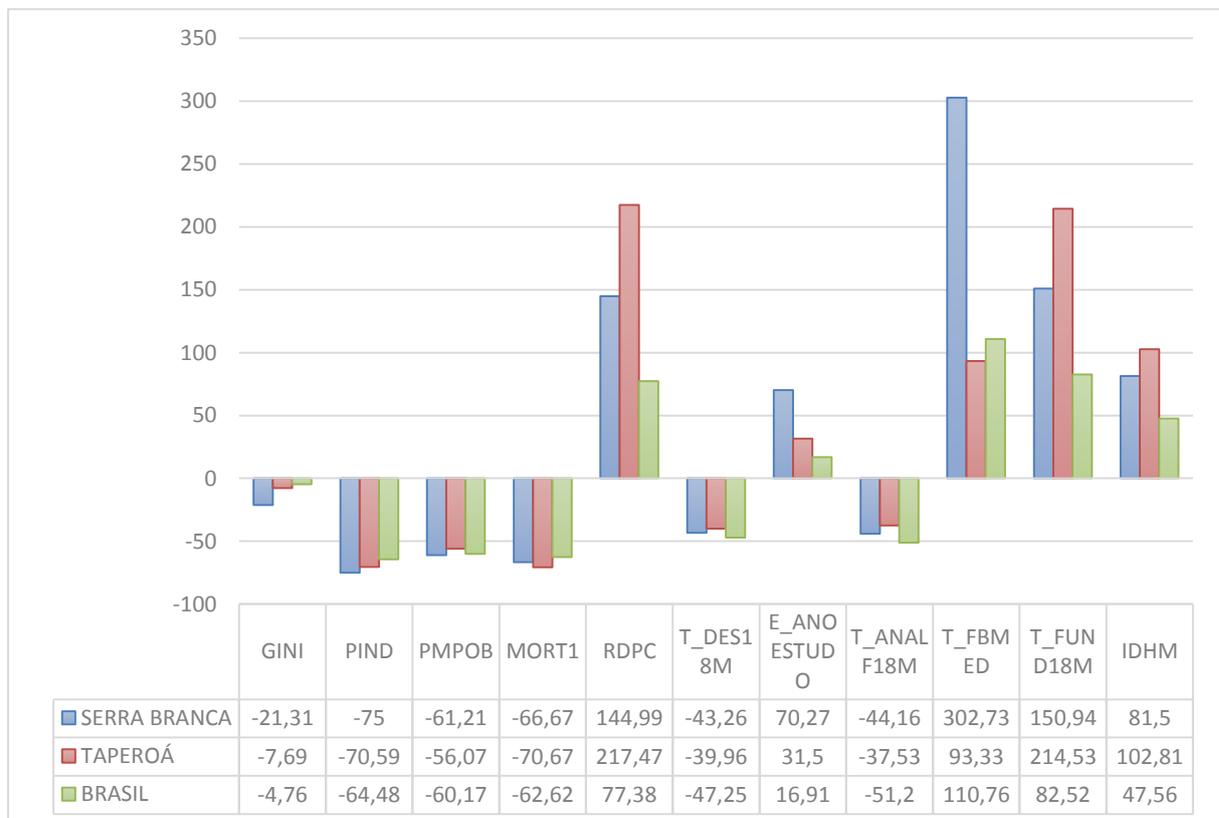
Sendo assim, entende-se que os atores políticos devem continuar buscando meios efetivos de estimular o desenvolvimento humano de municípios como Serra Branca e Taperoá, para que tal indicador possa continuar evoluindo de maneira positiva, demonstrando um real desenvolvimento da população local, e uma melhora na sua qualidade de vida.

#### 4.4. Políticas Públicas: Teoria X Realidade

Na análise do terceiro objetivo específico, percebeu-se que as políticas públicas implementadas nos municípios estão cumprindo o seu papel de forma parcial, já que os indicadores permanecem abaixo das taxas consideradas ideais. É possível identificar uma melhoria dos indicadores de renda e das condições de vida da população regional. Um desses indicadores foi a renda per capita, no qual constatou-se que Serra Branca e Taperoá possuem uma renda per capita, para os anos de 1991 e 2000, bem superior à média nacional. Outro indicador que ilustra essa conclusão é o IDHM, o qual demonstra uma evolução nos quesitos de educação, saúde e renda, corroborado pelos indicadores de desigualdade social e econômica.

No gráfico 1, fica demonstrado de forma conjunta a evolução da variação dos indicadores estudados, cujos resultados já foram debatidos na seção anterior, e corrobora com a conclusão deste tópico.

**Gráfico 1 – Evolução da variação percentual dos indicadores**



FONTE: Elaborado pela autora, com dados extraídos do Atlas Brasil 2013

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisou-se os dados e comparou-se quais das duas cidades mais evoluiu, percebe-se que durante o período em foco (1991-2010) o município de Serra Branca melhor se desenvolveu, sendo melhor que Taperoá na variação de 7 dos 11 indicadores examinados, quais sejam: expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade, taxa de analfabetismo da população de 18 ou mais de idade, taxa de frequência bruta de alunos no ensino médio, índice de GINI, taxa de extrema pobreza, taxa de pobreza (PMPOB), e a taxa de desocupação de maiores de 18 anos. Quando tratou-se dos dados absolutos percebe-se, ainda, que a cidade de Serra Branca continua com melhores resultados nos outros 4 indicadores, como, por exemplo, no IDHM.

No que se refere a mortalidade infantil, sabe-se que é um indicador que se almeja uma diminuição, e que está diretamente relacionado às demandas sociais ligadas à saúde e às condições de vida, portanto, ao verificar que esses municípios tiveram uma evolução positiva reduzindo suas taxas, sugere-se que as causas para essa redução seja motivo para um estudo mais detalhado posteriormente.

Conclui-se, ainda, que as políticas públicas implantadas na região estão cumprindo seu papel de forma parcial, já que os indicadores, apesar de apresentarem uma evolução positiva ao longo das duas décadas, ainda permanecem abaixo do ideal, com significativa diferença para as cidades com as melhores taxas, a exemplo do IDHM. Destarte, é necessário um maior investimento em políticas públicas nessa região que estimule a geração de renda da população, com o aumento nas oportunidades de empregos com a capacitação da população para o mercado de trabalho, explorando as peculiaridades das regiões, para que as taxas relacionadas à desigualdade social e econômica continuem progredindo, e melhore ainda mais a qualidade de vida da população.

Por fim, considera-se que os resultados das análises foram satisfatórios e válidos no seu teor, porém um estudo mais apurado dos indicadores, com um maior número de variáveis, e com uma investigação mais específica sobre as políticas públicas implantadas na região, com os impactos reais das mesmas, é imperativo, pois será mais eficiente tal análise, configurando uma pesquisa mais completa e com resultados mais fidedignos.

## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO NETO, Antônio Magalhães; FLORENCIO, Cláudio Azevedo; SILVA, Jean Wellington Ramos da; CASTRO, Jorge Henrique Nava; MELO JÚNIOR, Plácido Cardoso de; AMORIM, Valmir Nogueira de. **Indicadores como instrumento de avaliação de impactos dos projetos de irrigação da Codevasf nos municípios**. 2006. Monografia (MBA Gestão Pública) - Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, Brasília/DF, 2006.

Disponível: <[www.codevasf.gov.br/principal/biblioteca/.../monografia-indic-araujo-neto-33474.pdf](http://www.codevasf.gov.br/principal/biblioteca/.../monografia-indic-araujo-neto-33474.pdf)> - Acesso em: 10.04.2020

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. **Gestão da qualidade na administração pública: histórico, PBQP, conceitos, indicadores, estratégia, implantação e auditoria**. São Paulo: Atlas, 2015.

ATLAS BRASIL 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. PNUD. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>> Acesso em: 10.04.2020.

BACON, Francis. Novum Organum: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/norganum.html>. Acessado em: 19 abril 2020.

BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. In: **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2000.

BENEDITO, A.; MENEZES, D. F. N. **Políticas Públicas de Inclusão Social: O Papel das Empresas**. Revista Ética e Filosofia Política, nº 16, Volume 1. 2013.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências.

BRITO, A. J. T. **O modelo gerencial de administração pública e sua aplicação no Brasil: a mudança de paradigma na administração pública brasileira e a concretização dos princípios do direito administrativo**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/o-modelo-gerencial-de-administracao-publica-e-sua-aplicacao-no-brasil-a-mudanca-de-paradigma-na-administracao-publica-brasileira-e-a-concretizacao-dos-principios-do-direito-administrativo/>. Acesso em 25.04.2020.

BOVERO, Michelangelo. **Contra o Governo dos Piores: uma gramática da democracia**. Tradução Daniela Beccaccia Versiani. Tradução de: Contro il governo del peggiori. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 188p.

DATASUS. **Taxa de Mortalidade Infantil, ficha de qualificação**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2000/fqc01.htm>> Acesso em: 10.04.2020

Evolução do IDMH de Serra Branca/PB. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/serra-branca\\_pb#caracterizacao](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/serra-branca_pb#caracterizacao)> Acesso em: 10.04.2020.

Evolução do IDMH de Taperoá/PB. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/taperoa\\_pb](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/taperoa_pb)> Acesso em: 10.04.2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 21ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Ideias, conhecimento e políticas públicas**: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GALVÃO, Antônio Carlos F. Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10.04.2020.

LABRA, Maria Eliana. Análise de políticas, modos de policy-making e intermediação de interesses: uma revisão. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 9(2): 131-166, 1999.

MALHOTRA, N.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M.C. Introdução à Pesquisa de Marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARQUES, Marcelo. **Administração Pública**: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Ferreira, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2003.

OSÓRIO, Fábio Medina. Novos rumos da gestão pública brasileira: dificuldades teóricas ou operacionais? Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado. Salvador: IDPB, n. 1, mar./maio de 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-1-MAR%C7O-2005-FABIO%20MEDINA%20OSORIO.pdf>>. Acesso em: 25.06.2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Estado, Nação e Governo"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/estado-nacao-governo.htm>. Acesso em 25.06.2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado, Sociedade Civil e Legitimidade burocrática. Lua Nova – Revista de Cultura e Política, nº. 36, 1995: 85 – 104.

PNUD BRASIL. **IDH - Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>> Acesso em: 10.04.2020

REBOUÇAS, Gabriela Maia; MARQUES, Verônica Teixeira; LEITE, Martha Franco. **Pesquisa Em Direito Comparado**: Um Panorama de seus usos nas Ciências Sociais e Humanas. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, Aracajú-SE, V.5, N.2, p. 21 – 32, Out. 2016.

RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SCHLINDWEIN, Cleiton Mateus; CARDOSO, Bárbara Françoise; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 6, n. 3, p. 361-375, set./dez. 2014. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/urbe/v6n3/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/urbe/v6n3/07.pdf)> Acesso em: 10.04.2020.

SILVA, Adival do Carmo. Evolução da administração pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais. 2013. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/27b4d512efbac7d37520bc37aa78cac1.pdf>>. Acesso em: 25.06.2020.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16. Jul/dez, 2006. p. 20-45.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.

TROSA, Sylvie. **Gestão pública por resultados**: quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, 2001.

VARELA, Patrícia Siqueira. **Indicadores sociais no processo orçamentário do setor público municipal de saúde**: um estudo de caso. 2004. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2005.

WOLTER, Alzirene Pontoni. VELHO, Altemir da Silva. Gestão Pública no Brasil: Desafios e perspectivas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 02, Vol. 02, pp. 18-27. Fevereiro de 2020. ISSN: 2448-0959. Acesso em: 25.06.2020. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/gestao-publica-no-brasil#21-DESENVOLVIMENTO-DA-GESTAO-PUBLICA-NO-BRASIL>>